Demonstrações financeiras

Alex I Energia SPE S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Alex I Energia SPE S.A.** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alex I Energia SPE S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alex I Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP015199/ F

Leonardo Araujo Ferreira Contador CRC-RJ116384/O

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.105	5.393
Contas a receber	4	2.175	5.179
Adiantamento a fornecedores	5	1.229	200
Estoques		408	-
Impostos a recuperar		59	14
Despesas antecipadas		306	345
Mútuos a receber	6	-	15.029
Outros		8	4
Total do ativo circulante		8.290	26.164
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7	1.072	938
Imobilizado	8	123.480	126.644
Arrendamento	9	281	448
Total do ativo não circulante		124.833	128.030
Total do ativo	<u> </u>	133.123	154.194

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	1.871	1.340
Empréstimos e financiamentos	11	1.958	2.316
Impostos e contribuições a recolher		581	438
Dividendos a pagar	19	1.312	339
Arrendamento	9	166	110
Total do passivo circulante		5.888	4.543
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	47.164	48.085
Arrendamento	7	183	337
Provisão para desmobilização	12	1.918	1.792
Total do passivo não circulante		49.265	50.214
Patrimônio líquido			
Capital social	14	73.730	99.156
Reservas de lucros	14	4.240	281
Total do patrimônio líquido		77.970	99.437
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u> </u>	133.123	154.194

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita operacional liquida Custo de geração de energia	15 16	24.728 (13.808)	9.076 (4.591)
Lucro Bruto		10.920	4.485
Despesas operacionais	40	(0.40)	(7.4)
Despesas gerais e administrativas	16	(248)	(74)
Outras despesas operacionais		(140)	(45)
		(388)	(119)
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		10.532	4.366
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	650	218
Despesas financeiras	17	(4.679)	(3.853)
		(4.029)	(3.635)
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		6.503	731
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(985)	(383)
		(985)	(383)
Lucro líquido do exercício		5.518	348

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.518	348
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	5.518	348

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			_	Reservas	de lucros			Recursos	
			-			Lucros	Total	destinados	Total
		Capital	Capital a	Reserva	Retenção		patrimônio	a aumento	patrimônio
	Notas	social	integralizar	legal	de lucros	acumulados	líquido	de capital	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	_	53.814	(16.909)	15	217	-	37.137	-	37.137
Redução de capital social	14.a	(5.956)	-	-			(5.956)	-	(5.956)
Aumento de capital social	14.a	8.734	-	-	-	-	8.734	-	8.734
Integralização do capital social	14.a	-	16.909	-	-	-	16.909	-	16.909
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-		42.564	42.564
Aumento de capital via capitalização do AFAC	14.a	42.564	-	-	-	-	42.564	(42.564)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	348	348	-	348
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	17	-	(17)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	-	-	(83)	(83)	-	(83)
Dividendos complementares	14.b	-	-	-	(216)	-	(216)	-	(216)
Constituição de reserva de lucros		-	-		248	(248)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	_	99.156	-	32	249	-	99.437	-	99.437
Redução de capital social	14.a	(25.426)	-	-		-	(25.426)	-	(25.426)
Dividendos complementares	14.c	-	-	-	(248)	-	(248)	-	(248)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.518	5.518	-	5.518
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	275	-	(275)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	_	-	-	-	(1.311)	(1.311)	-	(1.311)
Constituição de reserva de lucros	14.b	-	-	-	3.932	(3.932)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	_	73.730	-	307	3.933	-	77.970	-	77.970

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Em militares de reals, excelo quando indicado de outra for	•	0000	0004
Fluve de caive des stividades en exercionais	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício		5.518	348
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação		3.310	340
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de imobilizado	8	5.830	1.309
Depreciação de arrendamento	9	151	26
Encargos financeiros, líquidos	11	3.815	2.667
Juros sobre arrendamento	9	38	8
Atualização de provisão para desmobilização	11	126	40
Baixa de ativo imobilizado	8	430	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos		-	724
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		3.004	(5.173)
Estoques		(408)	-
Impostos a recuperar		(45)	(9)
Despesas antecipadas		39	(256)
Outros		(1.032)	(108)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		531	(11.605)
Impostos e contribuições a recolher	_	143	386
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	-	18.140	(11.643)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(134)	(938)
Recebimento de principal de partes relacionadas	5	17.347	20.510
Liberação de recursos para partes relacionadas	5	(2.318)	(31.431)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(3.096)	(79.960)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	11.799	(91.819)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(586)	(33)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	11	(728)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	11	(5.378)	(2.161)
Captação de empréstimos e financiamentos	11	1.012	48.798
Pagamento de arrendamento	9	(121)	(34)
Aumento de capital	14	-	68.207
Redução de capital	14	(25.426)	(5.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	(31.227)	108.821
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	=	(1.288)	5.359
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		5.393	34
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		4.105	5.393
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	=	(1.288)	5.359
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		543	99
Valores pagos de CS:		314	68
Adição de imobilizado sem efeito caixa:		-	2.820

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alex I Energia SPE S.A. ("Alex I" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem fotovoltaica, manutenção de redes de distribuição, transmissão e distribuição, exclusivamente no empreendimento UFV ALEX I.

A acionista controladora da Sociedade é a Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.

UFV	Potência em MW	Autorização Ministério	Local
Alex I	30,93	445/2018	Limoeiro do Norte - CE

Em 22 de outubro de 2018, por meio da Portaria nº 445/2018 do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade obteve autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da central geradora fotovoltaica Alex I, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará.

Em 13 de junho de 2019, por meio do Despacho nº 1.658/2019, a potência instalada foi alterada de 30.000 kW para 30.993 kW.

Em 02 de março de 2020 foi publicada a Portaria nº 78 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas fotovoltaicas, que alterou a GF de ALEX I para 10,30 MWmed.

Em 05 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.597/2020 a razão social da empresa Alex I Energia SPE Ltda. foi alterada para Alex I Energia SPE S.A.

Em 23 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.797/2020 o sistema de transmissão de interesse restrito foi alterado e passou a ser constituído de uma subestação coletora/seccionadora SE Alex, compartilhada entre as UFVs Sertão Solar Barreiras V e Alex, I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, com 1 (um) transformador de 34,5/230 kV, 334 MVA, que seccionará a LT 230 kV Banabuiú – Mossoró II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.473/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex I, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035699-9.01, de titularidade da empresa Alex I Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da publicação da Portaria nº 443/2018, encerrando em 22 de outubro de 2053. O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas fotovoltaicas. Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

	Datas do	o contrato
Cliente	Início	Vencimento
Parte relacionada	01/10/2021	31/12/2022
Distribuidoras de energia	01/01/2023	31/12/2041

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, mútuos a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, arrendamentos, dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 8.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuia liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Provisão--Continuação

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

I) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

m) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão.

Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

n) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque solar. Tal provisão tem seu valor atualizado mensalmente, com base no IGP-M acumulado dos últimos doze meses.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	89	74
Aplicações financeiras	4.016	5.319
Total	4.105	5.393

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	340	5.319
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	3.676	-
Total	,	_	4.016	5.319

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2022	2021
Venda de energia	6	5
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	72	1.969
Contas a receber - partes relacionadas	2.097	3.205
	2.175	5.179

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2022	2021
Saldo a vencer	2.175	3.552
Saldo vencido até 30 dias	-	1.575
Saldo vencido de 31 a 60 dias	-	52
Total	2.175	5.179

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adjantamentos a fornecedor

A composição dos adiantamentos a fornecedor é a seguinte:

	2022	2021
Peças de reposição	1.229	200
	1.229	200

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	15.029	4.108
Liberação de recursos para partes relacionadas	2.200	31.199
Amortização de principal	(17.347)	(20.510)
Imposto sobre operações financeiras	118	232
Saldo final	-	15.029

Durante o exercício de 2021, a Sociedade efetuou a liberação de recursos no montante de R\$31.199 para a acionista Alex Energia Participações S.A. Essas transações não possuem cobrança de juros entre elas, somente incidência de IOF. Essas transações não possuem data de vencimento.

Durante o exercício de 2022, a Sociedade efetuou uma nova liberação de recursos no montante de R\$2.200 para a acionista Alex Energia Participações S.A. Todas as operações de mútuos vigentes foram liquidadas no exercício de 2022.

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	1.072	938
		_	1.072	938

A Sociedade possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Em ser	viço			Em curso	
	Máquinas e equipamentos	Edificações, Obras civis	Provisão para desmobilização	Estoque Ativo fixo	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	45.173	45.173
Adições	-	-	-	-	79.960	79.960
Adições sem efeito caixa – nota 11	-	-	1.752	-	-	1.752
Adições por capitalização de juros	-	-	-	-	1.068	1.068
Transferências	124.605	-	-	-	(124.605)	-
31 de dezembro de 2021	124.605	-	1.752	-	1.596	127.953
Adições	-	-	-	-	3.096	3.096
Baixas	(61)	-	-	-	(369)	(430)
Transferências	(4.648)	3.168	-	2.289	(809)	-
31 de dezembro de 2022	119.896	3.168	1.752	2.289	3.514	130.619
31 de dezembro de 2020		-	-	-	-	-
Adições de depreciação	(1.291)	-	(18)	-	-	(1.309)
31 de dezembro de 2021	(1.291)	-	(18)	-	-	(1.309)
Adições de depreciação	(5.634)	(141)	(55)	-	-	(5.830)
31 de dezembro de 2022	(6.925)	(141)	(73)	-	-	(7.139)
Total em 31 de dezembro de 2021	123.314	-	1.734	-	1.596	126.644
Total em 31 de dezembro de 2022	112.971	3.027	1.679	2.289	3.514	123.480

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2022 e 2021 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

	Equipamentos
Custo 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	-
Adições	474
31 de dezembro de 2021	474
Baixa	(16)
31 de dezembro de 2022	458
Depreciação 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	
Adições de depreciação	(26)
31 de dezembro de 2021	(26)
Adições de depreciação	(151)
31 de dezembro de 2022	(177)
Total em 31 de dezembro de 2021 Total em 31 de dezembro de 2022	448 281

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	378	514
Ajuste a valor presente	(29)	(67)
	349	447
Passivo circulante	166	110
Passivo não circulante	183	337

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	447	-
Baixas	(15)	474
Pagamento	(121)	(35)
Juros sobre arrendamento	38	8
Saldo final	349	447

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Valor		
2024	166		
2025	17		
	183		

10. Contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores	1.018	965
Contas a pagar – partes relacionadas	488	-
Seguros	365	375
Total	1.871	1.340

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2022		2021	
Credor	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNB	TLP + 1,8282% a.a.	1.958	47.164	2.316	48.085
Total	_	1.958	47.164	2.316	48.085

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial	50.401	-
Captação	1.012	48.798
Juros provisionados	3.815	3.764
Amortização – Principal	(728)	-
Juros pagos	(5.378)	(2.161)
Saldo final	49.122	50.401

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor é composto por principal e juros e começou a ser amortizado mensalmente a partir de 15 de agosto de 2022, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de julho de 2041.

A Sociedade está sujeita a algumas cláusulas restritivas constantes no contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 7) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	<u> </u>
2024	2.003
2025	2.364
2026	2.403
2027	2.442
Após 2027	37.952
Total	47.164

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2022	2021
Saldo inicial	1.792	-
Adição	-	1.752
Atualização	126	40
Saldo final	1.918	1.792

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 73.730 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ R\$ 99.156), dividido em 110.523.122 (cento e dez milhões e quinhentos e vinte e três mil e cento e vinte e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de novembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 2.434, sem o cancelamento de ações.

Em 11 de maio de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 22.992, sem o cancelamento de ações.

Em 01 de setembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aumentaram o capital da Sociedade em R\$ 42.563, com a emissão de 44.803.548 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 21 de setembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 5.956, sem o cancelamento de ações.

Em 30 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aumentaram o capital da Sociedade em R\$ 8.735, com a emissão de 9.705.518 (nove milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 8.735 subscrito e integralizado em bens e direitos relacionados UFV Alex 1, de titularidade da acionista Alex Energia e Participações S.A.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Sociedade determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido—Continuação

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 11 de maio de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 248.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	25.674	3.837
Resultado com MRE e CCEE (*)	-	5.618
	25.674	9.455
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(13)	-
PIS	(166)	(68)
COFINS	(767)	(311)
	(946)	(379)
Receita operacional líquida	24.728	9.076

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos de geração de energia e despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Custo de geração de energia		
Compra de energia partes relacionadas	477	_
Royalties ANEEL	2.110	758
··· ·, ·······	2.587	758
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	29	3
Viagens	309	78
Serviços de terceiros	2.985	2.029
Seguros	369	66
Pessoal	43	10
Depreciação	5.981	1.336
MRE/CCEE (*)	385	6
Telecomunicações	453	103
Promoções e publicidade	14	-
Outros	653	202
	11.221	3.833
Total do custo de geração de energia	13.808	4.591
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	8	4
Serviços de administração	168	70
Outros	72	-
Total das despesas gerais e administrativas	248	74
Total de custos e despesas gerais e administrativas	14.056	4.665

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

17. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras	•	
Rendimento de aplicações financeiras	650	218
Total	650	218
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	3.815	2.667
Juros sobre arrendamento	38	8
Despesas com letras de crédito	679	359
Variações monetáriaslíquidas	-	12
Multas e encargos sobre empréstimos	-	21
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	126	40
Imposto sobre operações financeiras	14	22
Despesas com juros e descontos concedidos	7	-
Perda com instrumento financeiro derivativo	-	724
Total	4.679	3.853

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	650	251
Contribuição social	335	132
Total com despesas de impostos	985	383

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2022		2021	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	25.591	25.591	10.372	10.372
ICMS	(13)	(13)		
	25.578	25.578		
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.046	3.069	830	1.245
Receitas financeiras	642	642	218	218
Outras receitas tributáveis	8	8	5	5
Base de cálculo total	2.696	3.719	1.053	1.468
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	650	335	251	132

^(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2022	2021
Ativo			
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	2.097	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	3.205
		2.097	3.205
Mútuos a receber			
Alex Energia Participações S.A.	(b)	-	15.029
		-	15.029
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	74	-
Alex Energia Participações S.A.	(c)	414	
		488	
Dividendos a pagar			
Alex Energia Participações S.A.	(d)	1.298	338
Lethe Energia S.A.	(d)	14	1
		1.312	339
Resultado			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(e)	24.914	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	760	3.837
		25.674	3.837
Compra de energia			_
Elera Gestão e Energia S.A.			
· ·	(f)	477	-
	.,	477	-
Serviço de administração			
Elera Renováveis S.A.	(g)	168	70
		168	70

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (c) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (d) Dividendos a pagar para acionistas da Sociedade;
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (g) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

Durante o ano de 2022, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2022		2021			
_		A valor justo	A valor justo			
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	_	4.105	4.105	-	5.393	5.393
Contas a receber	2.175	-	2.175	5.179	-	5.179
Mútuos a receber	-	-	-	15.029	-	15.029
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	1.072	1.072	-	938	938
_	2.175	5.177	7.352	20.208	6.331	26.539
=						

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	1.871	1.340
Arrendamento	329	447
Empréstimos e financiamentos	49.122	50.401
Dividendos a pagar	1.312	339
	52.634	52.527

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Mútuos a receber - partes relacionadas

São classificados como recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

• Contas a pagar e dividendos a pagar

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

• Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Arrendamentos

São classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.105	5.393
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.072	938

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) Risco de geração--Continuação

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

v) Risco de não renovação da autorização

A Sociedade detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) <u>Derivativos</u>

Durante o exercício de 2022 a Sociedade não possuía nenhum instrumento derivativo, durante o exercício de 2021 a Sociedade verificou que havia contratos com derivativos embutidos. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado. Os mesmos foram encerrados dentro do exercício de 2021.

21. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 27 de fevereiro de 2023.